ODEERE
ISSN 2525-4715
Vol 10, Nº 1, 2025, 96-107
DOI: 10.22481/odeere.v10i1.17216
Dossiê | Dossier

Uma aula ou um coletivo? Educar é erguer existências e carregar corpos

Maria Tavares Cavalcanti[1]* Nancy Lamenza Sholl da Silva[2]
Emiliano de Camargo David[3] Bruno Netto dos Reys[4]
[1]Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil
[2]Universidade Federal Fluminense – Brasil
[3]Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil
[4]Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil
*Autor de correspondência: mariatavarescavalcanti@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:
Aquilombar a educação
Atenção psicossocial e racialidade
Educação decolonial antirracista

RESUMO

Esse trabalho pretende apresentar reflexões sobre uma experiência educacional na pós-graduação no campo da atenção psicossocial a partir de três questões: Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando conjugamos o verbo aquilombar? Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando reforçamos ou desconstruímos a branquitude? Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando produzimos e legitimamos saberes decoloniais/contracoloniais? Essas questões surgem do desafio de constituir uma prática educacional decolonial antirracista. As aulas se transformaram numa experiência de coletivo que vem funcionando há um ano e meio, sua composição inclui relações intergeracionais, interraciais, interprofissionais, trabalhadores do "front" da saúde e da educação e ouvintes. Aquelas/es que trazem as marcas e traumas do colonialismo e da colonialidade têm que assentar-se em experiências de despedaçamentos e refazimentos de si. Essa é a mais visceral prática educacional à qual somos condenados. A principal característica de uma educação antirracista contracolonial/decolonial é aquela que forma e cultiva ouvintes e ouvidos.

KEYWORDS:
Anti-racist decolonial education
Aquilombar education
Psychosocial care and raciality

ABSTRACT

This paper aims to present reflections on a postgraduate educational experience in the field of psychosocial care, based on three questions: What existences arise and what bodies do we carry when we conjugate the verb "aquilombar"? What existences arise and what bodies do we carry when we reinforce or deconstruct whiteness? What existences arise and what bodies do we carry when we produce and legitimize decolonial/countercolonial knowledge? These questions arise from the challenge of establishing an anti-racist decolonial educational practice. The classes became a collective experience that has been ongoing for a year and a half, its composition including intergenerational, interracial, and interprofessional relationships, health and education frontline workers, and listeners. Those who bear the marks and traumas of colonialism and coloniality must ground themselves in experiences of self-shattering and self-remaking. This is the most visceral educational practice to which we are condemned. The main characteristic of a countercolonial/decolonial antiracist education is one that forms and cultivates listeners and ears.

PALABRAS-CLAVE:
Aquilombar la educación
Atención psicosocial y racialidad
Educación decolonial antirracista

RESUMEN

Este artículo busca presentar reflexiones sobre una experiencia educativa de posgrado en el ámbito de la atención psicosocial, a partir de tres preguntas: ¿Qué existencias surgen y qué cuerpos cargamos al conjugar el verbo "aquilombar"? ¿Qué existencias surgen y qué cuerpos cargamos al reforzar o deconstruir la blanquitud? ¿Qué existencias surgen y qué cuerpos cargamos al producir y legitimar conocimiento decolonial/contracolonial? Estas preguntas surgen del desafío de establecer una práctica educativa decolonial antirracista. Las clases se convirtieron en una experiencia colectiva que se ha desarrollado durante un año y medio, y que incluye relaciones intergeneracionales, interraciales e interprofesionales, personal de primera línea de la salud y la educación, y oyentes. Quienes cargan con las marcas y los traumas del colonialismo y la colonialidad deben anclarse en experiencias de autodestrucción y autoreconstrucción. Esta es la práctica educativa más visceral a la que estamos condenados. La característica principal de una educación antirracista contracolonial/decolonial es aquella que forma y cultiva oyentes y oídos.

SUBMETIDO: 17 de julho de 2025 | **ACEITO:** 24 de julho de 2025 | **PUBLICADO:** 03 de setembro de 2025
© ODEERE 2025. Este artigo é distribuído sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License

Introdução

Estarmos abertos às vozes que vêm do mundo e não escutar tudo sempre a partir das vozes que vêm da cabeça, pode ser um exercício difícil, mas é mais do que necessário. A experiência que deu origem a esse artigo começa a partir de um feliz encontro entre dois de seus autores. Foi assim que nos abrimos à escuta de E. Numa tarde de sábado, já no apagar das luzes de um congresso de saúde mental. A lembrança de um exemplo dado por ele, depois repetido outras vezes: verão, sol, Carnaval, praia do Leblon, Rio de Janeiro, mar, camiseta na cabeça à guisa de turbante e o pedido: "ei garoto, pode me trazer uma água de coco?" Vindo do garotão branco, queimado de praia, para quem alguém preto, de short, camiseta na cabeça, só podia ser o servente da praia… Quando os nossos olhos vão se desacostumar? Quando a nossa alma fará a transposição para um outro mundo, no qual a maioria da população brasileira terá voz e vez? Quando vamos, de verdade, abrir mão dos nossos privilégios de branca(o) e perceber a necessidade da racialização para uma posterior superação das raças, se em algum momento isso vier a ser possível?

Primeiro tempo: Da escuta veio o convite e em agosto de 2023 iniciamos o nosso percurso. Além de M. e E., juntou-se a essa empreitada B., a convite de M. Primeira missão: falar do aquilombamento, aquilombamento da saúde mental, mas não só… - Saúde Mental e racialidade - o aquilombamento da Atenção Psicossocial. Para nossa surpresa, além das/es/os alunas/es/os inscritos na disciplina dos dois programas de pós-graduação de mestrado e doutorado do I., começaram a surgir os ouvintes, ouvintes da UFF, da UERJ, da PUC, ouvintes dos serviços, trabalhadores da saúde mental. Uma turma com negros, pardos e brancos, homens e mulheres, jovens e idosos. Uma turma onde todo mundo cabe, basta chegar…

Aos poucos fomos entendendo/percebendo que aquilo era mais do que uma disciplina de pós-graduação, era um caminho de transformação, de compartilhamento de percursos, de coragem nas trocas verdadeiras - da neta de senhor de engenho à moradora de um quilombo, de uma vida vivida sob o jugo do racismo sem ousar/saber nomeá-lo ao reconhecimento de que algo está em

andamento. Racismo é crime, há que denunciá-lo! Dá para conviver com os brancos?

Histórias mil. Tantos usuários negros e pobres no Ateliê, porque quando aparece um usuário sueco, louro, de olhos azuis, a estagiária surge querendo levar ele para passear na praia?

Segundo tempo: discutir branquitude. Aqui seguimos Lia Schucman e se somou a nós N., professora da U. Racializar a branquitude. Desnortear o olhar e o sentimento. Há que se saber raça e não norma. E tome discussão… Mãe branca, pai negro… Quem é ele? Conta emocionada a filha com traços brancos, lembrando-se do que costumava ouvir quando o pai a acompanhava até a escola de mãos dadas…

E por fim, um novo começo, discutir a decolonialidade.

bell hooks (2022) nos adverte que no momento atual, mais do que nunca, precisamos criar comunidades de aprendizagem que consolidem o aprendizado da teoria e da prática da diversidade como parte essencial do currículo. À medida em que nos afastamos da cultura dominadora em direção a uma cultura libertadora, que valoriza a parceria e a reciprocidade, criamos uma cultura na qual todos podemos aprender a amar. Não pode haver amor onde há dominação. E, sempre que fazemos o trabalho do amor, estamos fazendo o trabalho de acabar com a dominação. O desenvolvimento de práticas de escuta ativa possibilita a formação de laços para além das diferenças. Quando abraçamos a diversidade como uma prática que pode enriquecer, libertar e transformar nossa vida, mostramos, através das nossas ações, que a afirmação da diversidade pode revitalizar modos de saber, trazer novas energias à aprendizagem e nos capacitar para trabalhar pela justiça conforme tornamos a educação uma prática da liberdade. Ao adotar a diversidade, podemos trabalhar juntos por mudanças que nos auxiliem a viver mais plenamente, a viver uma vida significativa.

O ponto de partida somos sempre nós mesmos - nossas próprias atitudes, nosso comportamento. Ao observarmos nossas próprias atitudes em relação à raça podemos nos assustar, podemos não gostar do que vemos em nós mesmos e acabamos tendo que admitir que não estamos confortáveis com nossos temores, perguntas, ressentimentos e embaraços. Não existe uma fórmula mágica para

mudar atitudes raciais. A ajuda vem de vários lugares, de diferentes formas e fontes, em diferentes momentos.

Aqueles que trazem as marcas e traumas do colonialismo e da colonialidade têm que assentar-se em experiências de despedaçamentos e refazimentos de si. Essa é a mais visceral prática educacional à qual somos condenados. Identificar, denunciar e restituir a vida para além da morte, ou restaurar o direito à morte, como ciclo da vida, é uma tarefa pedagógica contra-colonial e decolonial. Temos que "fazer falar" a "guerra das raças" que sustenta a governamentalidade colonial e que aprisiona o vir a ser no essencialismo do branco e não branco.

Nesse contexto, de antimundo que se estrutura no não-ser, não há espaço para uma educação baseada no currículo que prepara para a utilidade da vida. Educar deve ser um ato de responsabilidade ética tecida e cultivada nas práticas cotidianas, nos pertencimentos coletivos, nos processos afetivos, nas relações conflituosas e cheias de dúvidas e palavras que andam. Necessitamos o corpo da palavra para através das "lágrimas insubmissas" deixarmos de ser desvio ou espaços cheios de esquecimentos de si.

Nesse projeto educacional sobre Saúde Mental e Racismo, que vive a aula como um coletivo, exercitamos e reivindicamos a epistemologia enquanto caminhos múltiplos para viver, experimentar, produzir e legitimar saberes. Essa epistemologia segue a flecha lançada pela luta antirracista, contracolonial e decolonial. O arco que tensiona a corda que lança a flecha reverbera duas frases que circularam por meio de duas pessoas-livro: Luiz Rufino e Fátima Lima. Rufino (2021, p. 12), re-colhemos a frase: "A educação deve ser entendida como uma forma de erguer existências." De Fátima Lima, recolhemos um comentário sobre a obra de Mbembe: "Todos carregamos corpos sobre nossos ombros."

Uma proposição epistemológica decolonial/contracolonial só se sustenta na tensão entre uma educação antirracista e uma luta antirracista, que represente na mesma proporção a tensão entre "erguer existências" e "carregar corpos".

Fazemos presente aqui as palavras de Célia Xakriabá que, ao interpelar sua banca de pós-graduação, considerou que a universidade ao adotar as cotas raciais como políticas públicas de inclusão e reparação teria que legitimar as formas de conhecimento nas quais ela foi educada. Nesse sentido, ela teria o direito de colocar seu avô como fonte bibliográfica, pois ele foi o primeiro livro que

ela leu. Seguindo essa pista contracolonial/decolonial, escolhemos como princípio reflexivo e provocador as pessoas-livro que se ergueram como existências e transformaram em saber as palavras que contrasilenciaram os esquecimentos de si produzidos pela experiência de escola como cemitério.

Esse coletivo vem funcionando há um ano e meio, sua composição inclui relações intergeracionais, interraciais, interprofissionais, trabalhadores do "front" da saúde e da educação e ouvintes. A cada encontro os textos, artigos, papers, fragmentos de livros "cientificamente" elaborados são cuidadosamente transformados em pele de árvores e dessa organicidade do conhecimento "instituído" vamos abrindo veias pulsantes de saberes outros que nos ligam à matéria da vida vivida. Das memórias desses encontros o que permanece são as histórias de vida. Histórias de uma funcionária de 70 anos que através do coletivo pode nomear de racismo o que vive e viveu nos seu trabalho e vida; história de como a avó indígena namorava o avô preto que fala não só da complexidade das relações familiares e afetivas interraciais no Brasil, mas também fala do indígena não aldeado que constitui nossas subjetivações; histórias de perguntas sobre o que seria cuidar e acessar a saúde quando o sofrimento associado ao racismo não é nomeado. A beleza e a dor, a força e os pontos denegados desses encontros estão nessas histórias que transformam nossos conhecimentos duros em folhas; essas folhas que nossas avós ancestrais sempre usufruíram como remédio.

Seguindo essa premissa das histórias podemos dizer que as perguntas orientadoras desses encontros se dividem em três movimentos: Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando conjugamos o verbo aquilombar? Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando reforçamos ou desconstruímos a branquitude? Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando produzimos e legitimamos saberes decoloniais/contracoloniais?

Antes de seguir nessa trama do texto, consideramos que a principal característica de uma educação antirracista contracolonial/decolonial é aquela que forma e cultiva ouvintes e ouvidos. Nesse sentido, esse texto perde sua força e sentido se você não se abrir a aprender a ler essas palavras com os ouvidos.

Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando conjugamos o verbo aquilombar?

Conjugar o verbo aquilombar na universidade, mais especificamente dentro de uma sala de aula de um curso pós-graduação lato-sensu estruturado para formar mestres profissionais no amplo escopo das atividades da Atenção Psicossocial, nos leva ao convite de Kwame Yonatan Poli dos Santos (2021, p. 131): o aquilombamento da clínica! Entretanto, o autor reconhece que não basta uma revisão teórico-conceitual para esse reposicionamento ético-político no cuidado em saúde mental, afinal "a descolonização clínica é um banho do Real".

Nesta esteira, o exercício de conjugar aquilombamento, em sala de aula, se faz em movimentos antirracistas coletivamente. Logo, no exercício da diferença.

Estudo recente (DAVID, 2024) tem apontado que a produção do comum da diferença no âmbito da Reforma Psiquiátrica reivindica o *desnorteamento,* aquilo que promove a desafixação do negro à psicopatologização. "Essas invenções - o louco e o negro - não foram criadas desassociadamente. No Brasil, foram costuradas pela afirmação da loucura e da criminalidade como atributo da raça negra" (DAVID, 2024, p. 180). Entretanto, seguindo os ensinamentos dos movimentos feministas e de mulheres negras, afirmar para ressignificar enquanto estratégia de liberdade "Nesse convite ao desnorteamento a saúde mental brasileira não deve temer afirmar a loucura e a raça, uma vez que essa afirmação colabora com a desabilitação do caráter eurocêntrico e racista da manicolonialidade" (DAVID, 2024, p. 181).

Em perspectiva desnorteada, destacamos que as existências que se erguem, quando conjugamos o verbo aquilombar num curso de mestrado profissional no I. da U., ecoa a perspectiva de Nilma Lino Gomes que apresenta/significa **o movimento negro é educador** (2017 - grifos nossos). Portanto, reconhecemos que o corpo conceito/ferramenta-metodológica que visamos carregar é o da interseccionalidade, perspectiva ética e metodológica dos movimentos feministas negros. A fim de transformar os processos educacionais, que comumente ficam presos/fixados/ocultados nos modos tradicionais e convencionais de relação, desconsiderando raça, classe, gênero, idade/geração dentre outros marcadores sociais da diferença, nos processos (de)formativos.

Compreender interseccionalidade para além do conceito, mas como ferramenta- metodológica, como aponta Kimberlé Crenshaw (1989), é importante para analisar e intervir nos processos de educação e saúde, pois tal ferramenta metodológica requisita os distintos marcadores sociais da diferença de modo articulado, diferentemente das análises e intervenções (em educação e saúde) tradicionais, que comumente deixam esses marcadores ignotos, ocultos ou escamoteados.

Nesse horizonte, a interseccionalidade intervém na (de)formação enquanto instrumento prático-metodológico e de revisão epistemológica em perspectiva desnorteada. Logo, produtora de processos de subjetivação antirracistas e decoloniais/contracoloniais.

Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando reforçamos ou desconstruímos a branquitude?

"Não quero falar de branco, não!" "Mas, posso confiar no branco?" Essas duas frases ditas por uma aluna-ouvinte, em momentos distintos nos permite perguntar: Falar de branquitude é colocar o branco no centro de qual questão? Por que não poderíamos confiar no branco? Segundo Fátima Lima, a brancura é um lugar de violência e prisão. É lugar de violência porque a sociedade branca patriarcal é narcisista (KILOMBA, 2019). É uma sociedade fixada em si própria e na reprodução de sua própria imagem a partir de uma máquina delirante que tem a branquitude como norma e modelo de humanidade. Como principal consequência torna todos os "outros", não brancos, como invisíveis. É uma prisão porque essa idealização de si como norma impossibilita uma subjetivação comprometida e vinculada na materialidade da vida objetiva. Afinal, o maior privilégio da branquitude é ter o poder de não ter que saber/ não precisar saber, sobre o racismo.

Assumindo essa encruzilhada, "devolver o trauma ao mundo é uma das possibilidades de construir caminhos de cura" (LIMA, 2024, p. 137). O corpo signatário da branquitude deve suportar a dor de ser um sujeito potencialmente violento. Constituir-se a partir de uma branquitude crítica apenas coloca o branco em alguma condição de identificar por onde passa nosso racismo, não nos exime

de sermos racistas. A branquitude crítica desloca para uma condição de luta antirracista.

Esse deslocamento exige segundo Paul Gilroy *apud* Kilomba (2019), que o sujeito branco aprenda a identificar e lidar com cinco mecanismos de defesa do ego, a fim de ser capaz de "ouvir" o racismo e tomar consciência de suas estratégias e caminhos sustentados pela branquitude: negação, culpa, vergonha, reconhecimento e reparação. No contexto da academia, a culpa talvez seja o mecanismo mais difícil de lidar. A culpa acadêmica tem que confrontar-se com as formas de apropriação e objetificação que o conhecimento moderno se sustenta, pois uma das maneiras de racionalizar o racismo pode ser a utilização das próprias teorias e debates promovidos pela luta antirracista. Ou seja, podemos falar sobre racismo e continuar sendo racistas se não incluímos o sujeito branco na problematização. Principalmente, quando se trata de problematizar os processos de subjetivação branca a partir da leitura racial. O sofrimento psíquico vivido pelas pessoas não brancas e a ressignificação dos processos terapêuticos parecerem ter maior receptividade do que a perspectiva de pensar como trabalhar os processos psíquicos do sujeito branco que se estrutura pela lógica da superioridade/hierarquização e seus efeitos nos processos de identificação e alteridade comprometida pela universalidade e neutralidade da raça - cegueira racial. A branquitude enquanto norma também orienta os fundamentos teóricos conceituais. Nesse sentido, muitas teorias também carregam um ocultamento racial, um ponto denegado que hierarquiza os processos de subjetivação.

Quais existências se erguem e que corpos carregamos quando produzimos e legitimamos saberes decoloniais/contracoloniais?

Como encontrar as palavras que nos compõem e nos traduzem quando vivemos sob um estado de violência estruturado na ruptura da linguagem com a vida? A irracionalidade do racismo que faz a máquina colonial funcionar transformou as palavras em atos mortíferos. Como acessar a palavra que faz viver?

É esse o contexto através do qual compreendemos as consequências e responsabilizações provenientes do epistemicídio. Debater o Estado Colonial e a colonialidade é reconhecer que existem conhecimentos que matam. Há

conhecimentos que não nos fazem conhecer, nem nos conhecer. Há conhecimentos que encobrem, silenciam, objetificam. Há conhecimentos que se estruturam no exercício de "falar do outro". Há um outro sempre sendo narrado e falado, ao mesmo tempo em que há um sujeito da frase sempre ocultado. O sujeito oculto do conhecimento colonial é o sujeito branco, sua branquitude e suas estratégias de branqueamento.

É necessário romper o bloqueio e a reserva de mercado mundial das ideias. Recorrendo à Anibal Quijano (1985), "as ideias são prisões de longa duração: mas, não é indispensável que permaneçamos o tempo todo nessas prisões." Os corpos marcados pelo epistemicídio também são corpos guardiões de uma heterogeneidade histórico-social da existência social, onde através dos fragmentos pulsantes de formas de existência material podemos construir um outro ethos epistêmico.

Essa coexistência de histórias, tempos históricos, valores, culturas, sociedades, geo-grafias evidenciam as trocas desde abaixo e na horizontal. Por isso, trazer essa textualidade decolonial e contracolonial para a formação nos obriga a nos confrontar com o que Mignolo diz ser a "Consciência cindida da colonialidade", onde a territorialidade nunca consegue ser adequadamente inscrita no discurso dos povos; onde o controle colonial impede que as consciências se situem em sua paisagem e se expressem a partir dela.

Segundo Quijano (1985) e Mignolo (2003), a subjetividade dos povos colonizados que estão continuamente sendo submetidos a padrões e elementos estranhos e inimigos, acabam por ter como desafio constituir uma memória outra que difere da memória interceptada, obstruída e cancelada pela violência colonial. Contra a subjetividade do "Desonrado" e da autopercepção reduzida e aprisionada nas categorias "negro", "índio", "crioulo", temos que buscar um "Giro Decolonial". Não há possibilidade de reparação, de retorno ao original, nem há um movimento nostálgico. Mas, uma virada na relocalização do sujeito em um novo plano histórico, uma recuperação a partir das pistas abandonadas, um trabalho com "os restos de um naufrágio material e simbólico", como ressalta Rita Segato (2021).

Nessa reoriginalização de uma subjetividade própria há "a escrita como um ato de tornar-se, rejeitando um lugar de outridade e disputando um sentido

epistemológico que se encontra marcado pelas vidas e experiências negras" (LIMA, 2024, p.138). As vidas e as experiências interpelam a sala de aula enquanto dispositivo colonial. Uma psicóloga do SUS, que trabalha com a população em situação de rua, pede a palavra para dizer: "Quem diria que eu estaria numa aula de pós-graduação e escutaria falar de Exu". Interpelação que nos faz pensar: Estamos novamente tomando a palavra para atualizar a apropriação da produção intelectual preta, usando a mesma como fundamento do racismo institucional onde o conhecimento continua sob o poder do intelectual branco informando/dizendo o que é o "ser preto", ou estamos relocalizando Exu na formação em saúde mental, trazendo esse legado como uma matriz potente para abrir leituras de mundo? Acreditamos que as duas situações coexistem, tensionam a discussão. Há que empretecer a formação, mas há que legitimar outros saberes e fazeres, assim como cuidar dos riscos de apropriações e novas formas de racismo. Principalmente, o racismo cientifico disfarçado de uso utilitário dos sabres de matriz africana e indígena, para fins de capital acadêmico ou para construir carreiras e prestígios intelectuais dissonantes com o devido compromisso ético com a luta antirracista.

Em outro momento, outra aluna-ouvinte pergunta: Quem são as pessoas que estão se "deitando" em seus divãs, frequentando seus consultórios e consultas. O que eles se autorizam falar e o que não é "assunto de análise"? Comigo já aconteceu de uma paciente me dizer que ao consultar o "pai Joaquim", ele disse a mesma coisa que eu havia dito; sendo que eu não me lembro de ter dito o que o "pai Joaquim" disse. Essa mesma "ouvinte" nos chama a atenção para a materialidade das famílias interraciais brasileiras, onde sempre há um familiar negro ou indígena. Esses nem sempre são nomeados como negros indígenas, mas, às vezes, o são. E, sobretudo, a vida dessas pessoas são marcadas por essas relações familiares interraciais. Ao fazer esse comentário, ela nos relocaliza apontando que as tradições, os saberes, o legado são passados no cotidiano das relações. Não temos que buscar nos "Quilombos e aldeias" imaginadas ou idealizadas. Nesse sentido, esses fragmentos e restos "familiares", porém estranhos e silenciados são matéria viva para a promoção de saúde e de subjetivação própria.

O corpo que carregamos é esse corpo esquartejado, feito de memórias subterrâneas, cheio de desejo de comunidade, de luto rebelde, de uma

linguagem do lamento (MBEMBE, 2019). Esse corpo que carregamos é a grafia que "conjura o demônio da sujeição" (MBEMBE, 2019).

A existência que se ergue é aquela que renasce da força das vidas de pessoas esquecidas. A existência que se ergue é essa pessoa que numa sessão de análise diz que a palavra de "Pai Joaquim" é igual à palavra do "analista". Igual não porque é a mesma coisa, mas porque os dois são legítimos e pertinentes para essa vida viver e não morrer. Não é o igual que homogeneíza, pasteuriza. É o igual de condições de existência, igual porque se reconhecem mutuamente como o outro do outro.

Referências

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 538–554.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e relações raciais: desnorteamento, aquilombação e antimanicolonialidade**. São Paulo: Perspectiva, 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

hooks, bell. **Escrever além da raça - teoria e prática**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Fátima. **A persistência e o tempo: escritos sobre raça, poder e racismo.** Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão Negra**. 3° Edição. São Paulo: n-1, 2019.

MIGNOLO, Walter D. **La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte de la modernidad**. In: LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 34-52.

QUIJANO, Anibal. **Las ideas son cárceles de larga duración, pero no es indispensable que permanezcamos todo el tiempo en esas cárceles**. David y Goliath. Buenos Aires. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociais (CLACSO), V. 1, n. 49, jul. 1985.

RUFINO, Luiz. **Vence-Demanda: educação e descolonização**. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Kwame Yonatan Poli dos. **Colonialidade e processos de subjetivação: aquilombamento na clínica**. In: DAVID, Emiliano de Camargo; ASSUAR, Gisele. (orgs.) *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC; Porto Alegre: Grupo de pesquisa Egbé: Projeto Canela preta & Sedes Sapientiae, 2021, p. 117-135.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.